

RAÇA E MERCADO

2019

O PAPEL DO GOVERNO E DAS
POLÍTICAS PÚBLICA NO
DESENVOLVIMENTO DO
AFRO-EMPREENDEDORISMO

18 de setembro de 2019

Realização



DIASPORA ● BLACK

F E R A
P R E T A

 **FGV EAESP**
CENTRO DE
EMPREENDEDORISMO
E NOVOS NEGÓCIOS

 **FGV EAESP**
COORDENADORIA DE
DIVERSIDADE

No encontro do Raça e Mercado do dia 18 de setembro de 2019, reunimos empreendedores, academia, governo, grandes empresas e sociedade para debater políticas públicas adotadas e que poderiam ser implementadas para apoiar o empreendedorismo negro. O objetivo do Fórum Raça e Mercado é estimular a discussão entre os mais diversos atores em torno do tema empreendedorismo negro, criando a partir das discussões um observatório sobre o tema. Esse observatório visa sistematizar dados e conhecimento para que haja um melhor entendimento sobre o ecossistema de empreendedorismo negro, e com isso fomentar o tema e estimular o desenvolvimento das empreendedoras e dos empreendedores negros no país.

O encontro contou com a fala de três convidados: Prof. Gustavo Fernandes (FGV EAESP), Helena Maria Grundig Monteiro (Secretaria de desenvolvimento econômico da prefeitura de São Paulo) e Jandaraci Araújo (Secretaria de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo). Com diferentes perspectivas, os três convidados discutiram o papel do governo e de políticas públicas para garantir o acesso a oportunidades de empreendedores negros.

Prof. Gustavo Fernandes discutiu três dimensões importantes: acesso à educação, acesso a uma rede de relacionamento e acesso ao crédito. Ele pontua que a educação brasileira, mesmo quando vista pela perspectiva das melhores escolas do país ainda se baseia em uma metodologia enciclopédica e se afasta das necessidades reais do mercado atual. A segunda dimensão é a necessidade e importância de se criar redes de relacionamentos. Essas redes têm o papel essencial para compartilhar conhecimento e oportunidades. Por fim, Prof. Gustavo apontou a dificuldade de acesso ao crédito e como diversas ferramentas utilizadas na análise de crédito são desenvolvidas de forma a manter a já institucionalizada discriminação, como por exemplo, a espacial. Para ele, essa estrutura é consequência de um sistema financeiro não desenvolvido, oligopolizado e que não cumpre seu papel social. Um caminho apontado é o desenvolvimento de políticas públicas, como por exemplo, a criação de agência de fomento que facilite o acesso ao crédito reduzindo os entraves existentes.

No âmbito municipal Helena Monteiro trouxe um relato sobre as ações da secretaria municipal de desenvolvimento econômico para fomentar o empreendedorismo e promover a inclusão do público negro no ambiente de negócios da cidade. Foram apresentados os sete pilares da secretaria para o desenvolvimento do empreendedorismo:

1. **Cultura empreendedora:** desenvolver um bom ambiente de negócios.
2. **Qualificação:** compreender as necessidades e qualificar as pessoas que buscam empreender.
3. **Ambiente regulatório:** trabalhar os trâmites fiscais e questões burocráticas.
4. **Infra-estrutura:** criação dos tech parks, parceria com a AdeSampa no projeto Teia; criação de coworking público.
5. **Acesso ao crédito:** desenvolver soluções além do microcrédito, considerando, por exemplo, anjo investidor, venture capital.
6. **Acesso ao mercado:** criar eventos para o fomento do empreendedorismo negro.
7. **Atendimento:** promover a descentralização do CADE em parceria com Ade Sampa. Criar um ponto físico para saber o que é empreendedorismo.

Dentro desses 7 pilares existem ações que são pensadas para o público negro, como por exemplo, necessidades específicas quanto à qualificação do profissional, às dificuldades do empreendedor negro para lidar com o ambiente regulatório e, por fim, a criação de uma Teia de Empreendedor Negro.

Helena também chamou a atenção para a criação da Lei Municipal 16335 de 2015, regulamentada pelo decreto 57259 de 2015 (alterada pelo decreto 58926 de 2019) que instituiu o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor. Essa lei também define a criação da Comissão Especial de Apoio do Afroempreendedor que tem a “finalidade de traçar metas, organizar e acompanhar o cumprimento dos objetivos do Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor” (Leis Municipais, São Paulo, Decreto 58926 de 2019). A Comissão possui mandato de dois anos e é formada por 16 membros, sendo 8 pessoas do poder público e 8 pessoas da sociedade. Helena destaca que um dos papéis da Comissão é pautar a questão do afroempreendedorismo dentro dos sete pilares citados anteriormente.

Na última fala do dia, a Coordenadora Estadual de Empreendedorismo e da Micro, Pequena e Média Empresa, Jandaraci Araújo retomou uma questão importante e recorrente no encontro - o acesso ao crédito.

Para ela, tão importante quanto a liberação do crédito é a formação e qualificação do empreendedor para a administração correta do crédito. Dentre essas ações a coordenadora destacou o trabalho do SEBRAE como entidade especialista em empreendedorismo e também a inclusão do ensino de empreendedorismo nas escolas estaduais.

Entrando em uma questão mais prática sobre o acesso ao crédito Jandaraci informou que o Governo Estado de São Paulo através do Secretaria de Desenvolvimento Econômico criou o Banco do Povo Paulista (BPP) que tem o “objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades” por meio de empréstimos com taxa de 0,35% a.m., “voltados para capital de giro e investimento fixo, como a aquisição de mercadorias em geral, matérias-primas, máquinas, ferramentas, equipamentos, veículos e até mesmo itens para publicidade e divulgação do empreendimento” (Governo de São Paulo).

Analisando as ações do programa de microcrédito do BPP, Jandaraci aponta que a meta do programa é emprestar R\$ 4 bilhões em 4 anos de governo, sendo que destes, R\$ 89 milhões já foram emprestados até julho de 2019. As mulheres representam 96% dos tomadores de empréstimos, porém ainda não há dados relacionados a estratificação por raça. No entanto, a partir de uma impressão pessoal ela aponta que a grande maioria dos tomadores de empréstimo são negros e pardos. A inexistência de dados que possam sustentar ações mais concretas é um problema apontado por outros convidados, como a necessidade dos bancos de buscarem o perfil do público afro informalmente. Há também a necessidade de atualização dos algoritmos utilizados pelos bancos para avaliação de concessão de crédito - problema esse também apontado pelo Prof. Gustavo.

Durante o II Encontro de Raça e Mercado, grupos discutiram e apresentaram suas percepções sobre os desafios existentes para o fomento do empreendedorismo negro, as maneiras como o governo pode apoiar os empreendedores negros a enfrentar esses desafios e o que pode ser feito para evitar a precarização do trabalho via empreendedorismo.

Quando discutido sobre os desafios do empreendedorismo negro os aspectos mais recorrentes foram a questão de crédito, a falta e a ineficiente comunicação entre os mais diversos atores, sendo sugerido que as informações dedicadas ao fomento do empreendedorismo sejam mais claras e didáticas. Foi também apontada a necessidade de mais fontes de formação para o empreendedor que abordem temas desde planejamento, educação financeira até gestão como um todo visando o sucesso do negócio.

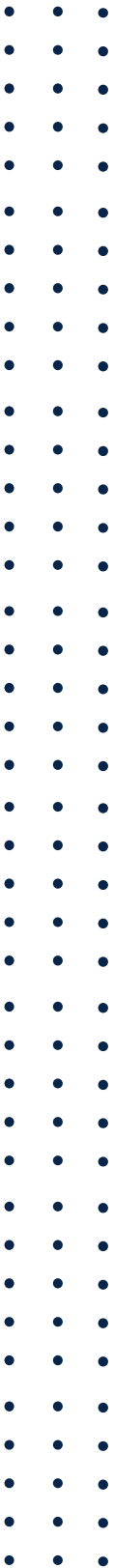
Desses pontos, a comunicação emergiu como algo importante e multifacetado. Alguns entendem que a comunicação deve ser mais clara, outros sugerem que essa deve ser mais acessível atingindo pessoas de ponta a ponta da cadeia. Os canais de divulgação são essenciais para a disseminação de informações, e nesse ponto, as redes de contato surgem como um canal importante de compartilhamento de conhecimento, sendo que essas redes devem ir além daquelas exclusivas aos afro-empREENhedores.

Ainda atrelado às redes de contato, a questão do poder foi destacado como algo relevante para auxiliar nas ações em prol do empreendedorismo negro. Nesse contexto, o poder foi apresentado como poder de tomada de decisão atribuído àqueles(as) que ocupam cargos e posições na sociedade e que legitimam essas ações. Sendo assim, é importante que mais empreendedores e negros ocupem esses espaços de poder e disseminem a informação nas bases.

Caminhando para questões mais subjetivas, surgiu uma preocupação com a autoestima, autoconhecimento e empoderamento do empreendedor. Entende-se que apenas aspectos práticos de conhecimento, fomento e crédito, não são suficientes se o empreendedor não possui apoio para se desenvolver enquanto indivíduo e assumir o protagonismo enquanto empreendedor e negro. É necessário que o empreendedor se sinta capaz e merecedor como qualquer outro a ocupar os mais diversos espaços que lhe auxilie no sucesso pessoal e de seu negócio.

Os desafios são muitos e diversos, para tanto o apoio do governo é essencial, e nesse ponto, fica claro que o governo precisa se articular mais com o público de interesse das políticas públicas a serem implementadas, tomando o cuidado para não criar novos programas que se sobreponham a ações que já endereçam os mesmos aspectos ou que esteja distante dos reais problemas. É importante que haja um trabalho colaborativo e complementar entre os mais diversos atores. O governo é visto como um ator importante quando se trata de ações que auxiliem na formação do empreendedor, acesso ao crédito, comunicação eficiente, clara, transparente e acessível a todos, e incentivos fiscais de diversas formas que auxiliem no aumento de competitividade.

Por fim, discutiu-se o que pode ser feito para evitar a precarização do trabalho empreendedor. Desse debate o primeiro aspecto importante é compreender melhor as diferenças existentes nas mais diversas formas de trabalhos existentes atualmente - desde autônomo e subordinação, até trabalho informal e empreendedorismo.



Essa diferenciação é importante para determinar os limites de cada atividade e para trabalhar de forma mais criteriosa as suas especificidades. Não obstante, ainda é importante que haja oportunidades iguais para todos de forma que a ocupação escolhida por um indivíduo esteja relacionada como uma escolha por oportunidade e não apenas uma escolha por necessidade.

Por fim, entendeu-se que a precarização do trabalho deve ser discutida dentro das diversas instâncias governamentais de forma a criar políticas que regulamentem as novas atividades econômicas considerando a modernização das instituições para que reflitam as necessidades dos tempos modernos.

OS DESAFIOS

Difícil acesso ao mercado;
as redes
de relacionamento e
espaços de poder

Colaboração entre
os stakeholders

Formação/educação
de baixa qualidade

Baixa autoestima e
auto-
conhecimento

Restrições de
acesso ao crédito



AS SOLUÇÕES

Articulação com o ecossistema

Acesso ao crédito; ao mercado e espaços de poder

Comunicação entre parceiros e stakeholders

Políticas Públicas, Incentivos fiscais e Infraestrutura

Formação e Educação de qualidade



RAÇA & MERCADO

RELATÓRIO RAÇA E MERCADO

18 DE SETEMBRO DE 2019.

:: PABLO LEÃO

:: EDGARD BARKI

:: MÁRCIO MACEDO

FGVcenn - CENTRO DE EMPREENDEDORISMO
E NOVOS NEGÓCIOS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS / EAESP